



## **Educação ambiental como ferramenta de transformação: práticas pedagógicas e comunitárias para a sustentabilidade e o desenvolvimento regional**

### **Autor(res)**

Erika Karla Barros Da Costa  
Laís Fernanda Couto Lara Silva  
Marlova Cristina Mito Da Costa  
Diego Mendonça Duarte

### **Categoria do Trabalho**

Pesquisa

### **Instituição**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

### **Introdução**

A crise ambiental contemporânea, marcada pelo avanço do desmatamento, poluição, mudanças climáticas e perda acelerada da biodiversidade, evidencia a urgência de integrar a sustentabilidade como eixo estruturante da educação. Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU reforçam a importância de ações articuladas entre sociedade, governos e instituições de ensino. A educação ambiental (EA) assume papel central nesse processo, funcionando como instrumento de transformação social ao estimular a conscientização crítica, incentivar práticas de preservação e promover o uso racional dos recursos naturais.

Ao articular escola, comunidade e território, a EA possibilita práticas pedagógicas inovadoras que contribuem para a sustentabilidade e o fortalecimento do desenvolvimento regional. No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) consolida a necessidade de transversalidade dessa temática nos currículos, reforçando sua relevância como ferramenta de construção cidadã. Em Mato Grosso do Sul, onde se encontram biomas estratégicos como Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica, a EA desempenha papel vital na mediação entre conservação ambiental e práticas socioeconômicas sustentáveis.

No Brasil, o MapBiomas (2023) aponta que o desmatamento atingiu 1,8 milhão de hectares somente em 2022, afetando diretamente os biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia. Esses dados reforçam a necessidade de inserir a educação ambiental como ferramenta de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC, 2022) alerta que a elevação da temperatura média no país poderá variar entre 1,7 °C e 3,5 °C até 2050, tornando urgente a adoção de práticas educativas críticas e participativas para fortalecer a resiliência comunitária.

### **Objetivo**

Refletir sobre a educação ambiental como instrumento pedagógico e social para o desenvolvimento sustentável, analisando práticas escolares e comunitárias alinhadas à Agenda 2030 (ODS 12, 13 e 15), com ênfase na participação ativa de estudantes e comunidade e na corresponsabilidade ambiental.

### **Material e Métodos**



Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica e na análise de experiências pedagógicas realizadas em escolas estaduais de Mato Grosso do Sul, com foco nos itinerários formativos do eixo técnico de Meio Ambiente.

Foram observadas e registradas práticas pedagógicas de educação ambiental, entre as quais: implantação de hortas escolares, arborização de espaços comunitários, cultivo de hortaliças e frutíferas, realização de palestras e atividades de conscientização ambiental. A coleta de informações ocorreu por meio de acompanhamento sistemático das ações escolares e análise documental das propostas pedagógicas.

As hortas escolares foram consideradas como uma das principais metodologias aplicadas. O processo incluiu planejamento participativo com professores, estudantes e comunidade, definição do espaço, preparo do solo, plantio de mudas e sementes, acompanhamento de irrigação e colheita.

A compostagem de resíduos orgânicos foi registrada como prática complementar, envolvendo o reaproveitamento de resíduos alimentares no ambiente escolar, com o objetivo de reduzir o envio de resíduos ao aterro sanitário e fornecer adubo para as hortas.

Também foram documentadas práticas de arborização em áreas escolares e comunitárias, com participação de estudantes e familiares no plantio de mudas. Além disso, foram observados projetos de coleta seletiva, voltados para a separação de resíduos e redução da produção de lixo.

A análise dos dados seguiu abordagem interpretativa, fundamentada nos princípios da educação ambiental crítica e do desenvolvimento sustentável (Freire, 1996; Jacobi, 2003; Loureiro, 2019).

## Resultados e Discussão

Os resultados demonstram que a inserção da educação ambiental no contexto pedagógico e comunitário gera impactos significativos em diferentes dimensões. No aspecto pedagógico, promove maior engajamento dos alunos, aprendizagem significativa e valorização do protagonismo juvenil. Nos efeitos socioambientais, fortalece a consciência crítica e a responsabilidade coletiva em relação ao território. Em termos comunitários, contribui para a integração entre escola e comunidade por meio de ações conjuntas de sustentabilidade. Já no âmbito regional, estimula práticas agrícolas sustentáveis e valoriza a identidade local, aproximando saberes tradicionais da ciência. Essas práticas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2, 4, 12 e 15), ao incentivar segurança alimentar, educação de qualidade, consumo responsável e proteção da biodiversidade. Assim, a educação ambiental se confirma como ferramenta estratégica para enfrentar desafios socioambientais contemporâneos, fortalecendo a formação cidadã e o desenvolvimento regional sustentável.

Um destaque observado foi a implantação de hortas escolares, que aproximam os estudantes do universo do agronegócio e da produção de alimentos. Muitos adolescentes urbanos desconhecem a origem dos alimentos consumidos, e a participação em hortas escolares, feiras agroecológicas e visitas técnicas amplia a compreensão sobre ciclos produtivos e valoriza a agricultura familiar.

Além dos benefícios ambientais e pedagógicos, as hortas apresentam impactos socioemocionais positivos. A participação em atividades de cultivo contribui para reduzir níveis de ansiedade e estresse, melhorar o bem-estar psicológico e fortalecer vínculos sociais. O trabalho coletivo exigido na horta estimula cooperação, solidariedade e respeito mútuo, diminuindo conflitos e situações de bullying.

No contexto brasileiro, programas nacionais e regionais já apoiam a implementação de hortas pedagógicas, arborização e coleta seletiva em escolas públicas. Estima-se que cerca de 28% das escolas desenvolvem algum projeto de horta ligado à alimentação escolar. Em Mato Grosso do Sul, mais de 120 escolas estaduais implantaram hortas e sistemas de compostagem, com resultados que incluem aumento do interesse dos adolescentes por cursos técnicos e superiores na área agropecuária. Tais iniciativas contribuem para aproximar



jovens da realidade do campo, despertar vocações profissionais e reduzir o distanciamento entre áreas urbanas e o setor produtivo.

## Conclusão

A educação ambiental, em perspectiva crítica e participativa, mostra-se essencial para integrar práticas pedagógicas e comunitárias em prol da sustentabilidade. Seu fortalecimento vai além da preservação ambiental: promove desenvolvimento regional equilibrado, amplia a cidadania e consolida uma sociedade mais justa e comprometida.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental: crítica e pedagogia. São Paulo: Cortez, 2019.
- LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. Educação ambiental e políticas públicas no Brasil. Rev. Bras. Educ. Ambient., v. 15, n. 2, p. 7-25, 2020.
- ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/>
- BEZERRA, C. L. et al. Compostagem escolar: ferramenta pedagógica para a sustentabilidade. Rev. Bras. Educ. Ambient., v. 13, n. 2, p. 76-90, 2018.
- COSTA, J. P. R.; SANTOS, C. M.; MARTINS, R. S. Hortas escolares: integração curricular e comunitária. Rev. Bras. Educ. Ambient., v. 10, n. 1, p. 112-128, 2015.
- FERREIRA, M. L.; OLIVEIRA, J. S. Hortas escolares e habilidades socioemocionais. Rev. Educ. Debate, v. 43, n. 2, p. 215-232, 2021.
- INSTITUTO AKATU. Relatório sobre Consumo Consciente no Brasil. São Paulo: Akatu, 2021.
- IPBES. Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services. 2020.
- MAPBIOMAS. Relatório Anual de Desmatamento no Brasil. São Paulo: MapBiomass, 2023.
- MEC. Escolas Sustentáveis: Guia para gestores. Brasília: MEC, 2020.
- OLIVEIRA, R. A.; ANDRADE, V. A. Arborização urbana participativa em comunidades escolares. Revista Verde, v. 12, n. 4, p. 98-110, 2017.
- PBMC. Relatório Especial de Mudanças Climáticas e Cidades. Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, 2022.
- SANTOS, A. P.; LOPES, R. C. Educação ambiental e saúde mental em adolescentes. Rev. Bras. Psicologia e Educação, v. 21, n. 1, p. 89-104, 2019.
- SILVA, T. R.; SOUZA, P. C. Educação ambiental e agroecologia: a aproximação de jovens ao campo. Rev. Educação, Cultura e Sociedade, v. 10, n. 2, p. 89-103, 2020.
- SEMAGRO. Relatório de Projetos Sustentáveis em Escolas Estaduais. Campo Grande: SEMAGRO, 2022.